

Arquitetos apóiam o Plano Diretor Urbano

O vice presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil — IAB, seção regional — manifestou ontem a posição favorável da entidade em relação ao Plano Diretor Urbano de Vitória e propôs a ampliação do Conselho de assessoria do poder executivo municipal, e a inclusão da Associação dos Economistas e Associação dos Médicos Sanitaristas.

A inclusão dessas entidades, explicou, teria por objetivo o aprimoramento dos pareceres do Conselho auxiliando assim a decisão do prefeito municipal na aprovação dos projetos e modificações nos termos iniciais em que for aprovado o plano, conforme as exigências das transformações sociais, devendo inclusive ter participação e sistemática no plano de obras da Prefeitura.

Atualmente o Conselho é integrado por cinco representantes da Prefeitura Municipal de Vitória, Sociedade dos Engenheiros, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Universidade Federal do Espírito Santo e Fundação Jones dos Santos Neves (um representante de cada entidade). A proposta de introdução da Associação dos Economistas por parte do

IAB, surgiu em decorrência das críticas dos setores imobiliários e de construção civil que argumentam sobre a

inviabilidade econômica do plano, disse.

OBJETIVOS

Frizzera, repetindo a afirmação de vários setores, falou da necessidade de ordenamento do crescimento urbano de Vitória através de uma legislação que permita a um melhor aproveitamento do espaço, acrescentando que o PDU veio como um prolongamento dos grandes projetos, em particular da Companhia Siderúrgica de Tubarão, visando preparar a capital e os municípios vizinhos a fim de que possam absorver de forma racional e compatível com a infraestrutura de serviços urbanos, o contingente populacional previsto com a instalação desse pólo de atração.

Ele considera justos os objetivos previstos no PDU em relação à coletividade. Kleber Frizzera enumerou entre

os objetivos a distribuição dos serviços de infra-estrutura urbana de maneira racional permitindo a melhor pulverização de investimentos públicos e dos recursos existentes no atendimento das reais necessidades e prioridade dos interesses da comunidade.

Frizzera falou também da exigência de distribuição da densidade demográfica de modo que os projetos e planos de infra-estrutura e serviços possam se adequar às necessidades da população, defesa do patrimônio natural e cultural da cidade e de seus recursos naturais, de modo a restituir à coletividade o direito de apropriação desses bens num universo formado de pequenas propriedades de uso privado.

O plano, da forma como foi proposto, disse o vice presidente do IAB, permitirá um melhor convívio social com o aproveitamento dos serviços públicos e áreas de lazer. "Como planejamento o PDU representa o início de um processo de organização do espaço construído que pode ser corrigido sob o impacto das transformações sociais".